

Título: Conselho fiscaliza escritórios

Veículo: TodoDia - **Localidade:** AMERICANA - SP - **Data de publicação:** 24/10/2017

Editoria: Cidades - **Página:** 03

TODODIA CIDADES

Terça, 24 de Outubro de 2017 03

CONTABILIDADE

Conselho fiscaliza escritórios

Órgão iniciou visitas a 107 unidades que atuam sem registro; sanção pode chegar à cassação do exercício

RODRIGO ALONSO
REGIÃO

O CRCSP (Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo) iniciou ontem a fiscalização de 107 escritórios de contabilidade que estão irregulares na RMC (Região Metropolitana de Campinas). Segundo o órgão, os estabelecimentos atuam sem registro no conselho. A operação terminará na sexta.

Os escritórios só operam legalmente se estiverem regularizados junto ao CRCSP, de acordo com o órgão.

O conselho informou que a ação acontece em 64 estabele-

cimentos de Campinas, três de Holambra, 11 de Hortolândia, quatro de Indaiatuba, três de Jaguariúna, quatro de Monte Mor, seis de Paulínia, quatro de Sumaré e oito de Valinhos. Ao todo, há 1.095 escritórios registrados nesses nove municípios.

“O objetivo da ação, que está sendo surpresa, é abordar os escritórios clandestinos que desrespeitam as exigências legais para o exercício da profissão contábil e, muitas vezes, contratam pessoas que não estão devidamente capacitadas para atuar na Contabilidade, ou seja, sem formação”, comunicou a entidade.

O vice-presidente de Fiscal-

zação do CRCSP, José Donizete Valentina, afirmou que a falta de regularização pode causar uma “concorrência desleal” entre as empresas.

“Os profissionais registrados são obrigados a obedecer ao Código de Ética da profissão, mas são seriamente prejudicados por essas empresas contábeis clandestinas, que por não cumprirem as leis vigentes, não registram os funcionários e nem pagam tributos, conseguem ter honorários menores e seduzem empresários desavisados. No final, os clientes acabam sendo seriamente prejudicados pelos erros cometidos por esses profissionais irregulares, pois

quando decidem buscar os seus direitos, descobrem que foram ludibriados, tendo que arcar com as consequências fiscais e até criminais”, declarou.

No Estado todo, o órgão identificou 11 mil estabelecimentos ilegais. Todos serão visitados por

fiscais do conselho. As irregularidades podem acarretar em penalidades que, gradualmente, são: multa, suspensão do exercício da profissão, advertência reservada, censura reservada ou censura pública e cassação do exercício.

ASPAS

**“OS CLIENTES ACABAM SENDO
SERIAMENTE PREJUDICADOS (...)
POR ESSES PROFISSIONAIS”**

José Donizete Valentina | Vice-presidente de Fiscalização do CRCSP